



CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS GASTOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS NO PERÍODO 2011 A 2014

Vinícius Cassu Queiroz¹, Régio Marcio Toesca Gimenes², Jhonny Marcelo Bogado Garbado³

RESUMO: O presente trabalho propõe o estudo da evolução das compras públicas de medicamentos realizadas pelos três entes federativos – união, estados e municípios – no período 2011 a 2014. O objetivo é verificar a evolução dos dispêndios à luz dos entes federativos, dos componentes de gasto e da Ementa Constitucional 29. Para tanto, serão realizados levantamentos de dados secundários para o estudo das compras governamentais, quais sejam, os dados de gastos totais com saúde do Ministério da Saúde, do Banco de Dados do SUS (DATASUS) e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Espera-se com os resultados obtidos, identificar a evolução dos gastos *per capita* em todas as esferas gestoras; se houver crescimento, se o mesmo é sustentável; e a participação dos medicamentos genéricos nos gastos totais com medicamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Farmacêutica; Descentralização; Financiamento governamental; Gestão em Saúde.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado com o objetivo de cumprir o disposto nos artigos 196 e 197 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura o direito à saúde a população brasileira. O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo que cerca de 50% de toda demanda nacional em saúde é financiada pelo setor público, o que faz do Brasil o país com maior participação pública nos gastos totais em saúde em relação aos demais integrantes do BRICS, grupo de países emergentes composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (CALIARI; RUIZ, 2010). As competências do SUS abrangem desde simples atendimentos ambulatoriais a transplantes de órgãos, objetivando a garantia do acesso integral, universal e gratuita da população brasileira (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

O financiamento do SUS se dá de maneira descentralizada, com participação federal, estadual e municipal. Dos repasses federais aos estados e municípios, 50% tem como referência o volume populacional e a outra metade é dispensada a partir da combinação de critérios como perfis epidemiológico e demográfico, capacidade instalada, desempenho técnico, econômico e financeiro (UGÁ et al., 2003).

A distribuição de medicamentos para a população integra a proposta do SUS e suas estratégias de atenção em saúde. A Política Nacional de Medicamentos, publicada em 1998, instigou a formação de programas que objetivavam garantir o acesso dos medicamentos pela população, fundamental para a garantia do direito constitucional a saúde. No entanto, essa política, por culminar em gastos crescentes, caracterizou-se em um fator de preocupação para os setores públicos. Um exemplo do crescimento dos gastos pode ser observado no período de 2002 a 2006, no qual, segundo Vieira (2009), os investimentos no financiamento de medicamentos cresceram cerca de 123,9%, muito superior ao crescimento do orçamento do ministério da saúde, que foi de 9,6%.

1.1 JUSTIFICATIVA

A elaboração deste estudo se justifica pela necessidade de monitoramento dos gastos totais do governo com medicamentos, uma vez que, conforme reporta Caliar e Ruiz (2010), têm crescido exponencialmente, representando um elemento de despesas do SUS que pode provocar grandes impactos no orçamento público. Os impactos no orçamento devem ser dimensionados a fim de evitar futuros gargalos na sustentação do sistema, uma vez que os gastos, especialmente com os medicamentos de dispensação excepcional, têm sobrecarregado principalmente o governo federal provocando um aumento significativo per capita nos gastos da União, que no período analisado por Caliar e Ruiz (2010), aumentaram 101%.

Outro aspecto que respalda a elaboração deste estudo é que grande parte das pesquisas observadas trata de gastos com medicamentos específicos, tais como aqueles de dispensação excepcional, de atenção primária a saúde ou destinados para tratamentos de doenças, como osteoporose, dentre outros (CHAVES, 2007;

¹ Acadêmico do Curso de Medicina do Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR. Bolsista PROBIC-UniCesumar. viniciuscassu@hotmail.com

² Professor Doutor, Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR. regiomtoesca@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Medicina do Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR. Bolsista PIBIC-Cnpq. Jhony0022@gmail.com



CARIAS, et al., 2011; BRANDÃO, et al., 2013) ou, abordam sobre gastos com medicamentos pelos órgãos públicos observando apenas uma cidade, micro ou macrorregião (CHAVEZ, 2007; LIMA, 2008; TELES; COELHO, 2011) e não todo o contexto nacional.

Desta forma, surge a importância da presente pesquisa, pois visa analisar um panorama geral dos gastos com medicamentos pelos três entes federativos – união, estados e municípios. A escolha do período histórico (2011-2014) se deu em função de ter sido encontrada em outras publicações apenas pesquisas anteriores ao ano de 2010.

1.2 OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é propor uma análise dos gastos federais, estaduais e municipais no financiamento de medicamentos utilizados pelo Sistema Único de Saúde, no período de 2011 a 2014, identificando as competências de cada esfera de governo, bem como os fatores que influenciaram o percentual dos gastos em relação aos respectivos orçamentos de saúde.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos do estudo compreenderão as seguintes etapas:

- a) Levantamento bibliográfico para identificar o estado da arte do tema (outras pesquisas desenvolvidas na mesma perspectiva, avanços observados e metodologias de análise de dados).
- b) Levantamento de gastos em saúde e medicamentos nas esferas federal, estadual e municipal no Departamento de Informática do SUS (DATASUS) referentes ao período de 2011 a 2014.
- c) Identificação das quebras de patentes relacionadas a medicamentos (que possam influenciar na diminuição de gastos do governo com medicamentos em função da criação de genéricos) junto à base de dados do INPI.
- d) Comparar a evolução dos gastos relativos à compra de medicamentos com a evolução dos orçamentos em saúde nas esferas federal, estadual e municipal, bem como identificar a partir da bibliografia existente sobre o tema, os fatores que podem ter influenciado tal evolução.

3 RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado, espera-se obter um panorama geral dos gastos com saúde e medicamentos nas esferas federal, estaduais e municipais, apontado os principais fatores que influenciaram na evolução dos custos no período de 2011 a 2014.

REFERÊNCIAS

TELES, A.S.; COELHO, T.C.B. Gasto público federal com medicamentos em uma macrorregião de saúde. *Caderno de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n.3, p. 264-70, 2011.

BRANDÃO, C.M.R.; FERRÉ, F.; MACHADO; G.P.D.M.; GERRA JÚNIOR, A.A.; ANDRADE, E.L.G.; CHERCHIGLIA, M.L.; ACURCIO, F.D.A. Gastos públicos com medicamentos para tratamento de osteoporose na pós-menopausa. *Prática de Saúde Pública*, v. 47, n.2, p.390-402, 2013.

CALIARI, T; RUIZ, M.R. Os gastos públicos com medicamentos no período de 2002 a 2006. *Revista de Administração em Saúde*, v. 12, n. 49, p. 167-176, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portal da Saúde**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus>>. Acesso em 01 de maio de 2015.

UGÁ, M. A.; PIOLA, S.F; PORTO, P.M.; VIANNA, S.L. Descentralização e alocação de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n. 2, p. 417-437, 2003.

VIEIRA, F.S. Gasto do Ministério da Saúde com medicamentos: tendência dos programas de 2002 a 2007. *Revista Saúde Pública*, v. 43, n. 4, p. 674-681, 2009.

CHAVES, E.D.S. **Gastos com medicamentos distribuídos em atenção primária de saúde em Fortaleza-CE e co-fatores influentes no ano de 2007**. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

Anais Eletrônico

IX EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar

Nov. 2015, n. 9, p. 4-8

ISBN 978-85-8084-996-7



CARIAS, C.M.; VIEIRA, F.S.; GIORDANO, C.V.; ZUCCHI, P. Medicamentos de dispensação excepcional: histórico e gastos do Ministério da Saúde do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n.2, p. 233-240, 2011.

LIMA, M.G. **Fatores associados aos gastos com medicamentos utilizados por aposentados e pensionistas idosos em Belo Horizonte/MG**. 2008. 147f. Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas) – Faculdade de Farmácia da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.